

COMPANHIA REFINADORA DA AMAZÔNIA

**COMPANHIA REFINADORA DA AMAZÔNIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia foi fundada em 29 de novembro de 1993 e tem como objeto principal a comercialização de óleos vegetais e derivados; a extração, o refino e fracionamento de óleos vegetais; a industrialização e a comercialização de sabões, margarinas, cremes vegetais, óleos comestíveis e gorduras especiais e em geral; a extração, a destilação, a produção, a industrialização e a comercialização de glicerinas, ésteres metílicos e etílicos e seus derivados em geral; e a prestação de serviços a terceiros, relativamente às matérias constantes do objeto social.

A Companhia obteve, por intermédio do Despacho Decisório do Ministério da Fazenda - Secretaria da Receita Federal - Delegacia da Receita Federal em Belém-PA e do Ministério da Integração Nacional - ADA, isenção do Imposto de Renda incidente sobre o lucro da exploração resultante de sua atividade industrial, de até 28.000 toneladas/ano de óleos e gorduras em geral e 7.200 toneladas/ano de estearina de palma; e redução de 75% do Imposto de Renda incidente sobre o lucro da exploração resultante de sua atividade industrial, de até 41.000 toneladas/ano de creme vegetal e margarina fracionada, e 47.801 toneladas/ano de óleo e gorduras em geral; e 75% do Imposto de Renda incidente sobre o lucro da exploração resultante de sua atividade industrial de até 5.100 toneladas/ano de biodiesel.

Em 30 de abril de 2007, as Assembléias Gerais Extraordinárias das empresas Agropalma S.A., CRAI Agroindustrial S.A., Cia. Agroindustrial do Pará, Cia. Palmares da Amazônia e Amapalma S.A. aprovaram a sua cisão, sendo que a parte industrial das referidas empresas foi incorporada pela Cia. Refinadora da Amazônia. Essa reorganização objetivou a otimização da estrutura organizacional das empresas, unificando as operações industriais, racionalizando os processos e otimizando os negócios. O deferimento de Reestruturação Societária foi acatado e deferido por meio do processo nº 5900.000011/2007-15, conforme Ofício nº 559/2007/DGFI/SECEX/MI, de 30 de abril de 2007, do Departamento de Gestão dos Fundos de Investimentos, da Secretaria Executiva do Ministério da Integração Nacional.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB. Em todos os períodos anteriores, incluindo o ano fiscal findo em 31 de dezembro de 2009, a Companhia preparou suas demonstrações financeiras de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). As presentes demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras preparadas de acordo com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Dessa forma, a Companhia preparou suas demonstrações financeiras cumprindo as normas previstas nos CPCs para os períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2010, como descrito em suas políticas contábeis. Para as presentes demonstrações financeiras, o saldo de abertura considerado foi 1º de janeiro de 2009, data de transição para os CPCs. Houve reclassificações no balanço patrimonial de abertura no BRGAAP em 1º de janeiro de 2009 e também para o balanço patrimonial publicado preparado de acordo com o BRGAAP para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009, conforme demonstrado na nota 3.

2.1. PRINCIPAIS JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

A elaboração das informações financeiras em conformidade com as políticas contábeis adotadas no Brasil exige a utilização de determinadas estimativas contábeis essenciais. Além disso, exige que a administração exerça julgamento no processo de aplicação dos princípios contábeis da Companhia. Assim, os valores apresentados podem envolver um maior grau de julgamento ou complexidade, afetando áreas em que premissas e estimativas sejam significativas às demonstrações financeiras da Companhia.

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, quando aplicável, de acordo com o julgamento da Administração da Companhia. Itens sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a determinação da vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisão para créditos de cobrança duvidosa e provisão para outros riscos e encargos.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes, devido a imprecisões inerentes aos processos de elaboração e revisão dessas estimativas. A Companhia revisa as suas estimativas, no mínimo, anualmente.

Os efeitos das mudanças de estimativas são refletidos prospectivamente nas demonstrações financeiras a partir de sua atualização.

Os pronunciamentos, interpretações e orientações do CPC, aprovados por resoluções do CFC e de normas da CVM estão convergentes às normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB. Algumas adequações foram procedidas nas demonstrações financeiras, conforme requerido na Deliberação CVM 610/09 (CPC 43 - Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos) e evidenciado na nota 3. Dessa forma, as demonstrações financeiras não apresentam diferenças em relação ao IFRS, exceto pela manutenção do ativo diferido, conforme previsto no CPC 43.

3. ADOÇÃO DOS PADRÕES INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE

As seguintes reclassificações foram realizadas objetivando adequar a forma de apresentação da Companhia aos requerimentos dos IFRS:

a) Reclassificação dos gastos com registro de marcas e patentes do imobilizado para o intangível no valor de R\$26 mil em 31 de dezembro de 2009 e 2008;

b) Reclassificação dos gastos com certificação de qualidade no valor de R\$52 mil e de gastos com despesa pré-industrial no valor de R\$3.704 mil do intangível para o diferido em 31 de dezembro de 2009 (em 31 de dezembro de 2008 foi de R\$67 mil e R\$3.567 mil, respectivamente)

	Apresentado em 31/12/2009	Reclassificações	31/12/2009 (Reapresentado)
Imobilizado	153.925	(26)	153.899
Intangível	3.832	(3.730)	102
Diferido	759	3.756	4.515
	158.516	-	158.516

4. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES E SUMÁRIO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) A Empresa adota o regime de competência para fins de registro de suas transações e considera o período de um ano para a segregação de ativos e passivos entre circulante e não circulante.

b) As aplicações financeiras são registradas ao custo, acrescido dos rendimentos proporcionais até a data do balanço, não ultrapassando o valor de mercado. Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros são determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas, e não divergem significativamente dos saldos contábeis. O uso de diferentes premissas de mercado e/ou metodologias de estimativa poderiam causar um efeito diferente nos valores estimados de mercado. Os instrumentos financeiros da empresa encontram-se registrados em contas patrimoniais. A administração desses instrumentos é efetuada através de estratégias operacionais, visando à liquidez, rentabilidade e segurança.

c) As contas a receber de clientes são registradas e mantidas no balanço patrimonial pelo valor presente de realização desses créditos. A carteira de clientes da Companhia é diversificada sendo a política de vendas diretamente relacionada com o nível de risco de crédito que a Companhia está disposta a correr. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Companhia para cobrir prováveis perdas de realização.

d) Os estoques são avaliados pelo custo médio de aquisição ou produção, os quais são inferiores aos valores de reposição ou de realização.

e) Os adiantamentos a fornecedores são referentes à compra de frutos de dendê e estão garantidos por fianças bancárias do Banco da Amazônia, quando realizados para os projetos de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário e através de contrato quando realizado para a Agropalma S.A., conforme nota nº 8.

f) O investimento está registrado pelo método de equivalência patrimonial e não há ajustes materiais para adequar ao valor justo de realização deste ativo.

g) O imobilizado é registrado ao custo de aquisição, formação ou construção. A depreciação é registrada pelo método linear, levando em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens e as taxas de depreciação. A Companhia não adotou o novo valor atribuído (deemed cost) de acordo com o ICPC 10 por entender que o custo de formação dos ativos estão registrados a valor de mercado levando em consideração a localização e características de utilização dos mesmos, as taxas de depreciação e amortização adotadas representam adequadamente o desgaste e utilização ou obsolescência dos bens. Conforme demonstrado na nota nº 11, no exercício de 2010 a administração alterou revisou suas estimativas referentes ao desgaste do imobilizado e alterou as taxas de depreciação de alguns grupos de bens, em consonância com a vida útil.

h) O intangível é registrado ao custo histórico de formação, sendo amortizado linearmente, levando em consideração o tempo de vida útil e as taxas de amortização demonstradas na nota nº 11.

i) O diferido é registrado ao custo histórico de formação, sendo amortizado linearmente, levando em consideração o tempo de vida útil e as taxas de amortização demonstradas na nota nº 12.

j) Os salários, incluindo provisões para férias, e os pagamentos complementares negociados em acordos coletivos de trabalho, adicionados dos encargos sociais correspondentes, são apropriados pelo regime de competência.

k) São constituídas provisões para fazer face as contingências e obrigações legais potenciais, sendo estas calculadas, tendo por base a correspondente probabilidade de perda.

l) As receitas de vendas são reconhecidas a valor justo quando da entrega dos produtos com transferência dos riscos ao comprador. O custo das vendas é registrado no mesmo período em que estas são reconhecidas. As despesas são registradas no período no qual são originadas.

m) O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente - 15%, acrescido de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 mil anuais. A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis antes do imposto de renda, por meio da aplicação da alíquota de 9%.

n) A Companhia obteve, por intermédio do Despacho Decisório do Ministério da Fazenda - Secretaria da Receita Federal - Delegacia da Receita Federal em Belém-PA e do Ministério da Integração Nacional - ADA, isenção do Imposto de Renda incidente sobre o lucro da exploração resultante de sua atividade industrial, de até 28.000 toneladas/ano de óleos e gorduras em geral e 7.200 toneladas/ano de estearina de palma; e redução de 75% do Imposto de Renda incidente sobre o lucro da exploração resultante de sua atividade industrial, de até 41.000 toneladas/ano de creme vegetal e margarina fracionada, e 47.801 toneladas/ano de óleo e gorduras em geral; e 75% do Imposto de Renda incidente sobre o lucro da exploração resultante de sua atividade industrial de até 5.100 toneladas/ano de biodiesel. A parcela resultante da isenção do IRPJ, após apuração do balanço de encerramento, transita no resultado com posterior registro no patrimônio líquido como reserva de incentivo fiscal, a qual não sofre tributação e não é base de cálculo para distribuição de dividendos.

o) As receitas e despesas financeiras são substancialmente representadas por juros e variações cambiais, decorrentes de correção monetária e ajustes inflacionários sobre contas a receber, aplicações financeiras e mútuos com empresas do grupo, sendo calculadas pelo regime de competência contábil.

p) Os ativos e passivos financeiros representados por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, fornecedores e mútuos com empresas ligadas estão avaliados ao valor de realização e/ou liquidação de acordo com as condições usuais e normais de mercado e seus saldos

	Apresentado em 31/12/2008	Reclassificações	1o de janeiro de 2009 (Reapresentado)
Imobilizado	165.132	(26)	165.106
Intangível	3.685	(3.608)	77
Diferido	1.570	3.634	5.204
	170.387	-	170.387